

ALÉM DO USO DA IRONIA POR STIGLITZ

Thiago Martins Prado (UNEB-PPGEL e PROCAD-CAPES)
minotico@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo centra-se no livro *O mundo em queda livre*, do autor nekeynesiano Joseph Stiglitz, para comentar como o uso da ironia revela o seu conteúdo ideológico na área econômica. Como desenvolvimento de tal reflexão, sugere-se que cada discurso na área do saber da economia se apoia em figuras de linguagem que arrumam o cenário ideológico de seu autor, e é nesse ponto que a análise do discurso econômico como texto literário pode ser vantajosa para apresentar como se costura o processo argumentativo do autor. O caso de Stiglitz e da sua ironia é bem exemplar para a demonstração de tal raciocínio. Estudos de Alvarce (2009), Brait (2008), Machado (2014) e Oliveira (2006) sobre ironia são utilizados.

Palavras-chave:

Ironia. Crise econômica. Joseph Stiglitz.

1. Introdução

Em 2010, Joseph Stiglitz, com o livro *O mundo em queda livre*, realizou uma crítica contundente às práticas do sistema financeiro norte-americano (representadas pelos bancos de investimento e pelas agências de classificação de risco), à base acadêmica que lhe forneceu sustentação (com evidente tendência neoclássica ditada por Wall Street) e às atitudes do governo em relação à condução da economia em momentos prévios à crise de 2008 e também nos momentos posteriores – tanto no cenário do governo de George W. Bush como também no do governo de Barack Obama. A figura de retórica que sustenta o estudo de Stiglitz é a ironia, com algumas evoluções para o sarcasmo. Se se compreender que o recurso à figura de retórica utilizada pelos economistas, muito além de ser uma mera tradução do código de uma área específica para o código padrão, indica uma forma de arrumação do cenário ideológico do seu autor, então se pode investigar a ironia de Joseph Stiglitz como uma forma de orientar a sua crítica nekeynesiana em meio a uma atmosfera de crise fruto das escolhas pelo abandono das teses de John Maynard Keynes.

As teses de Keynes elegeram a antítese: justificou o papel interventivo do Estado na economia, confrontando-se com os fundamentos dos autoajustes da economia clássica, e gozou de certo prestígio até os

anos 70¹ – quando sofreu duras críticas da escola neoclássica liderada pelo americano Robert Lucas. Paralelamente, a escola monetarista de Chicago, por meio de Milton Friedman, também já andava abalando as bases teóricas do trabalho keynesiano entre os anos 50 e 60. Ferramentas e discussões pensadas por Keynes – que defenderam um cenário de maior intervenção do Estado na economia, uma preocupação com a rigidez salarial como fator a produzir desemprego (involuntário) e subprodução ou a ideia de que o gasto público favorece um crescimento econômico por meio da elevação de empregos e demandas (o multiplicador keynesiano) – foram, aos poucos, perdendo espaço em meio ao predomínio e ao sucesso da ciência neoclássica da Economia nos setores acadêmicos e financeiros. Com a crise de 2008, resta a Joseph Stiglitz, um neokeynesiano, ironizar todas as certezas e práticas preconizadas pelas escolas neoclássicas.

Considerando os estudos de Brait (2008), com sua ênfase da ironia como um fenômeno polifônico, e Machado (2014), com seu foco na ironia por meio do efeito de zombaria, pode-se observar que tal figura de retórica apresenta algumas vantagens para que se realize como estratégia argumentativa por Stiglitz. Conforme Brait (2008), a ironia permite a dessacralização de um discurso hegemônico e o rebaixamento de uma ideia de objetividade e de neutralidade como formas valorativas do saber. Nesse sentido, a interdiscursividade possibilitada pela ironia reverte autoridades, relativiza valores estabelecidos e produz um efeito de humor pelo fato de promover intenções enunciativas contraditórias num só plano argumentativo. Sob esse mesmo ponto de vista, Machado (2014) afirma que a agressividade do discurso irônico rompe convenções sociais, desmascara atitudes dogmáticas ou totalitárias e questiona a invulnerabilidade e a infalibilidade proclamadas em determinados discursos – o que afasta a seriedade da atmosfera avaliativa e torna possível o riso como resultado. Na perspectiva de Machado (2014), influenciada pelos estudos bakhtinianos, é a linguagem carnalizada da ironia que, em meio a uma atmosfera de réplicas e improvisações, acarreta a transgressão das normas estabelecidas na sociedade e a retirada de uma superioridade advin-

⁴¹ Em 1936, John Maynard Keynes contrapôs-se às principais bases da economia clássica ou austríaca: contra a lógica do equilíbrio defendeu uma concepção de dinamismo macroeconômico repleto de variáveis a ser consideradas; contra o autoajuste de salários pelo mercado impôs a realidade do desemprego involuntário; contra a noção do incentivo ao gasto público como promoção de inflação afirmou a capacidade de ampliação da atividade econômica por injeção de capital de Estado (o multiplicador keynesiano); contra a lei de Say apresentou a realidade dos prêmios de liquidez.

da da pretensa respeitabilidade de discursos harmônicos, equilibrados ou sérios.

A ironia para Stiglitz, tomada sob tais características, amplia a capacidade de ataque à hegemonia discursiva que se estabeleceu à ciência econômica – distante das orientações keynesianas, com condução neoclássica dada à engenharia financeira e com teorias neoliberais a interferir na política de gastos públicos. O *establishment* econômico do período pré-crise de 2008 desenvolveu uma autoridade por meio de composições matematizadas repletas de algoritmos que atestaram uma impressão de que o risco estava controlado. Tal aplicação científica da economia, ao mesmo tempo em que sacralizou suas sendas como linguagem – com códigos cifrados apenas permitidos a especialistas demasiadamente treinados na nova engenharia financeira –, produziu uma confiabilidade alastrada por instituições financeiras ao grande público que, mesmo desconhecedor de tais ferramentas, acreditou nas garantias das avaliações técnicas recomendadas aos produtos bancários. A estratégia irônica, portanto, desautoriza a neutralidade, a seriedade e a infalibilidade creditadas a esses discursos de poder na economia e, por fim, busca abalar as expectativas implantadas por esses mesmos discursos².

De outro modo, notando-se a característica carnavalizada do discurso que permite a inclusão da ironia conforme Machado (2014) é possível compreender o uso dessa estratégia retórica também como um mecanismo de tradução intralingual. Ou seja, a dessacralização da linguagem econômica permite a Stiglitz uma abertura da discussão sobre parâmetros econômicos contemporâneos em termos mais acessíveis (com níveis menos densos e menos sérios no código), e, dessa forma, ocorre uma ampliação da captação de leitores a realização da crítica ao cenário que provocou a crise de 2008. Embora Oliveira (2006) reconheça que a ironia pressupõe a habilidade de um alocutário em desvendá-la e ainda que Alvarce (2009), baseada em Hutcheon, destaque que o entendimento da ironia deve-se ao compartilhamento de contextos e de convenções de comunidades discursivas refletidas entre ironista e intérprete, é preciso explicar o procedimento de uso da ironia por Stiglitz não como uma forma de fechamento de grupos discursivos.

⁴² Convém afirmar que o esquema de expectativas da engenharia financeira de base neoclássica já havia sido questionado com a própria crise de 2008, entretanto o ataque de ironias de Joseph Stiglitz intenciona consolidar o desmascaramento das teses do mercado livre e autorregulável.

Joseph Stiglitz é um economista estudioso de como as assimetrias de informações geram perdas financeiras e verifica como tais assimetrias foram elementos preponderantes para a formação das bolhas no mercado imobiliário estadunidense. Sendo assim, a ampliação da deformidade informacional pelo fechamento de grupos discursivos, ao contrário de tornar eficiente a estratégia irônica de Stiglitz, implicaria a continuidade de um problema de nociva assimetria comunicacional, com reverberações econômicas e sociais. Por isso, como tarefa didática além da ironia, Joseph Stiglitz deixa as pistas e as sinalizações para o desvendamento do procedimento irônico mais evidentes para os intérpretes, isto é, existem sequências argumentativas ao uso da ironia que se dirigem a uma determinada leitura prevista pelo economista. Stiglitz utiliza a ironia para retirar a sacralidade e a seriedade do discurso da ciência econômica e, para não correr o risco da restrição discursiva da linguagem da Economia (geradora de assimetria informacional), realiza o procedimento irônico com apresentações contextuais mais claras e detalhadas, com também explicações que se confundem com a própria antecipação de como deve ser interpretada a ironia por seus leitores.

Em verdade, é a característica intertextual, interdiscursiva e intergenérica da ironia que potencializa um tratamento peculiar do uso dessa própria figura de retórica pelo economista Joseph Stiglitz. Nesse sentido, Brait (2008) defende que a intertextualidade e a interdiscursividade presentes na ironia tornam-na uma estratégia linguística que mobiliza diferentes vozes ao mesmo tempo em meio a rivalidades entre formas de consciência e de concepções de mundo; Machado (2014) reconhece o fenômeno polifônico da ironia (com a coabitação de diversificados imaginários, posturas e elementos culturais) e a intergenericidade contida nela como uma estratégia argumentativa de captação de leitores.

Por meio da intertextualidade e da interdiscursividade, as ironias de Stiglitz possibilitam cruzar diferentes debates proporcionados pelos estudos sobre a ciência econômica contemporânea assim como diferentes interpretações a respeito das posturas adotadas por bancos de investimento, por agências de classificação de risco e pelo governo dos EUA nos momentos imediatamente anteriores e posteriores à crise de 2008. Quanto à intergenericidade, além de a própria ironia constituir-se através dos efeitos de mistura de modalidades sérias do discurso com outras mais zombeteiras, o uso do procedimento irônico por Stiglitz apresenta uma particularidade nesse quesito. Por um lado, a ironia de Stiglitz preserva o tom satírico, cômico e dessacralizador que permite uma revisão dos discursos oficiais

ou hegemônicos (sérios) sobre a economia financeira mundial, por outro lado, é recorrente a estratégia didática que explica a ironia ou que dá relevo demasiado sobre sua presença. Um dos objetivos desse desdobramento didático é de evitar o fechamento de grupos discursivos por meio da ironia e a continuidade da assimetria informacional – mesmo que seja fruto da inversão do privilégio do compartilhamento de saber entre comunidades linguísticas. Outro objetivo do didatismo atribuído à estratégia argumentativa do uso da ironia por Stiglitz coíbe a função catártica que tal figura de retórica possui. Nesse caso, é preciso reinterpretar o caráter provisório e pontual do tom satírico e dessacralizador da ironia como metodologia prevista de alívio de tensões para a continuidade da hegemonia discursiva. Por isso, Stiglitz suaviza a carga de improvisação satírica da ironia enquanto o poder de réplica é elevado como um recurso épico de apresentação de contextos de onde emergem a ironia. A perspectiva de Stiglitz, com isso, assemelha-se à do dramaturgo Bertolt Brecht (1978) quando condena a função catártica não como um elemento capaz de transformar a realidade circundante, mas como um alívio temporário de tensões que perpetua contextos opressivos. A liberação de tensões promovida pela ironia, como resultado do choque do riso em atmosferas discursivas de seriedade, seria bem ilustrada em seu contexto satírico e dessacralizador através do bobo da corte – isto é, figura permitida pela corte real para emitir críticas amargas que servem para desanuviar a gravidade dos temas sem que isso implique uma desautorização da hierarquia do reino. Para que a catarse satírica da ironia possa ser interrompida em sua função de alívio e de posterior reequilíbrio da ordem social e discursiva imperante, a argumentação de Stiglitz adotou uma explicação épica da razão irônica tal qual a característica didática que Brecht (1978) defendeu para o coro no teatro. Desse modo, o humor satírico para Stiglitz é um meio, contudo não se constitui por si só como um fim possível – só funciona como crítica contundente se acessível e se instaurar uma posterior seriedade conflitante com os contextos de enunciação anteriores ao riso.

No discurso presente no livro *O mundo em queda livre*, é perceptível que Stiglitz desenvolve uma maneira própria de trabalhar com a ironia. Por uma questão meramente metodológica, a forma de sistematização eleita para o mapeamento da ironia de Stiglitz nesse artigo centrou-se no estudo dos alvos, classificando as ironias a partir deles. Diante disso, podem-se detectar quatro tipos de ironia utilizados por Joseph Stiglitz: a) ironia à ciência econômica neoclássica e não keynesiana; b) ironia aos bancos de investimento e às agências de classificação de risco; c) ironia

às atitudes do governo dos Estados Unidos perante a crise de 2008; e d) ironia mista, que combina dois ou ainda três alvos anteriormente citados numa única passagem irônica.

2. Ironia à ciência econômica

A primeira ironia desse tipo ocorre para criticar as certezas de crescimento econômico e de progresso social advindas da consolidação das teorias neoclássicas, que pregavam a autonomia e a autorregulação do mercado. As políticas para o mercado livre, apoiadas no saber técnico advindo do aprimoramento da nova matemática gerencial das finanças, até pouco antes da crise econômica de 2008, prometiam a gradual eliminação do risco; entretanto, conforme a conclusão da passagem irônica de Joseph Stiglitz, a credibilidade de tais promessas, depois do evento crítico promovido pelo mau gerenciamento dos *subprimes*, já não possuem a mesma credibilidade ou confiança que afirmavam ter.

A crise, que teve início nos Estados Unidos, logo se tornou global: dezenas de milhões de pessoas pelo mundo afora perderam seus empregos – só na China foram 20 milhões – e dezenas de milhões caíram na pobreza.

Não era isso o que se esperava. A economia moderna, com sua convicção no mercado livre e na globalização, prometera prosperidade para todos. A tão enaltecida Nova Economia – as fantásticas inovações que marcaram a segunda metade do século XX, o que inclui a desregulação e a engenharia financeira – supostamente permitiria um melhor gerenciamento do risco, trazendo com isso o fim das oscilações econômicas. Se por um lado a combinação da Nova Economia com a ciência econômica moderna não chegara a eliminar as flutuações econômicas, pelo menos estas estavam sendo domadas. Ou assim nos diziam. (STIGLITZ, 2010, p.5) (Grifo nosso)

As camadas desse procedimento irônico acontecem em três momentos. O primeiro momento ocorre com a apresentação de um contexto negativo de desemprego advindo da crise – “A crise [...] esperava.”; o segundo momento (sublinhado) acumula uma série de afirmações que pareciam ser benéficas ao seu tempo pré-crise, mas que, na ambiguidade da ironia, verifica-se que tais práticas foram responsáveis pela atmosfera da crise; e o terceiro momento instala uma zombaria conclusiva que coloca em dúvida (em xeque) as afirmações anteriores – “Ou assim nos diziam”. O momento inicial apresenta, de imediato, conhecimentos com a finalidade de um partilhamento de informações que induzem à comunhão de determinados valores (lançados implicitamente pelo ironista) a respeito das afirmações que se farão no momento a seguir. É certo verificar que a apresentação do contexto no início do procedimento irônico realiza um

mecanismo retórico eficiente: ela, ao interferir na capacidade polissêmica do plano discursivo, conduz a coparticipação do seu leitor a um determinado sentido maquinado pela estratégia argumentativa em que a ironia se torna um recurso capital. No segundo momento, o uso dos verbos em tempos com derivação do passado³ sinaliza que as afirmações dessa passagem encontram-se, no atual momento da enunciação do ironista, ultrapassadas pelos contextos de crise não previstos por elas. O terceiro momento torna-se um recurso, ao mesmo tempo, zombeteiro e confirmatório da crítica instaurada pelo ironista.

A seguir, a segunda ironia desse tipo em *O mercado em queda livre* realiza-se para explicar que a insistência na crença dos autoajustes do mercado em períodos pós-crise pode fazer perdurar um cenário de alto desemprego, de ausência de produtividade e de desprezo das reservas de força de trabalho a subtrair mais ainda as chances de fortalecimento de demandas. Como neokeynesiano, uma das maiores preocupações de Joseph Stiglitz é o retorno à elevação de empregos (com investimentos gerados pelo Estado) para que eles possam aquecer a economia com capital circulante e novas demandas consequentes. Nesse sentido, a hipótese da autocorreção do mercado fragiliza o papel de intervenção do governo como mediador capaz de amenizar ou combater o cenário de crise que, em 2009, ainda se mostrava grave para os Estados Unidos⁴.

De acordo com os indicadores mais abrangentes de desemprego, em setembro de 2009 mais de um em cada seis americanos que gostariam de ter um trabalho por tempo integral não o tinham. E a situação se agravou ainda mais em outubro. *Embora o mercado se autocorrija* – a bolha acabou estourando –, a crise mais uma vez revela que a correção pode ser lenta e o custo, enorme. O hiato cumulativo entre a produção real da economia e a produção potencial está na faixa dos trilhões de dólares. (STIGLITZ, 2010, p. 39)(Grifo nosso)

A apresentação de contextos na parte não sublinhada induz ao pensamento de que aquilo que se defende como a lógica da autocorreção do mercado, longe de proporcionar a resolução dos problemas da crise, aprofunda ainda mais as suas nefastas consequências. Com isso, a defesa da passagem “Embora o mercado se autocorrija” mostra-se invertida em seu valor semântico – o que gera desconfiança e incredulidade dos cenários que tentam sustentar tal posição. Nesse sentido, o detalhe da conjunção subordinativa de valor concessivo não manifesta um desvio de regra,

⁴³ A tradução para o português adotou o passado mais-que-perfeito e o futuro do passado.

⁴⁴ Esse papel, na crise, esteve centrado como garantidor de aportes bancários por meio da compra e da negociação de papéis tóxicos com o capital do contribuinte.

e sim o início da negação da lógica da autocorreção para a tentativa de reverter a crise. Essa impressão é construída devido à apresentação de volumes quantitativos e pesquisas que relatam o grave impacto da crise na realidade econômica – Stiglitz, praticamente, enuncia que, em meio aos altos custos da crise, não se pode mais acreditar que a autocorreção dos mercados é a melhor política de gerenciamento de riscos e de crises.

A terceira ironia desse tipo deriva-se da crítica à tese da eliminação do papel do Estado na condução de uma política discricionária para a economia de modo a retirar dele a possibilidade de avaliação de créditos e de empréstimos a baixo custo para a população prejudicada por crises econômicas. Fruto de uma linha de pensamento oriunda dos estudos de Finn Kydland e Edward Prescott, no término dos anos 70, que consolidou as possibilidades de bancos centrais independentes ao redor do mundo, a diminuição do papel do governo quanto à direção e planejamento econômicos foi justificada tendo por observação a falibilidade das promessas governamentais para a área da Economia frente a metas conflitantes que o governo possui de atendimento aos cidadãos. Diante da má avaliação de crédito realizada pelas instituições financeiras independentes das diretrizes governamentais, que acabaram por fomentar a crise de 2008, Stiglitz finaliza a sua passagem irônica comentando que são os interesses exploratórios dos bancos que, por fim, prejudicam a qualidade da avaliação de crédito.

Os conservadores insistem em que o governo não deve dedicar-se a esse tipo de atividade financeira [avaliação e empréstimo de crédito à população] – salvo para dar dinheiro aos banqueiros. Alegam que o governo não é bom para fazer avaliação de crédito. Essa linha de raciocínio tem pouco valor agora, uma vez que os bancos tiveram um desempenho tão ruim na avaliação de créditos e na articulação das hipotecas que acabaram pondo em risco toda a economia. Foram muito bons em práticas predatórias, mas isso não chega a ser uma base recomendações. (STIGLITZ, 2010, p.117-8) (Grifo nosso)

O procedimento irônico inicia nessa passagem com uma palavra (de valor classificatório) que impede associar a transformação do cenário negativo. A palavra “conservadores” não se associa a práticas que possam mudar antigos hábitos e conselhos à atividade de gerenciamento dos recursos públicos que derivaram no colapso econômico de 2008. Na passagem “Essa linha [...] economia” a seguir, Stiglitz não só apresenta os contextos que proporcionaram a crise como também esclarece ainda mais o caráter avaliativo da ironia utilizada – “Essa linha de raciocínio tem pouco valor agora” – que se opõe às posições anteriores (dos conservado-

res). Por fim, o último período, “Foram muito bons [...] recomendações”, eleva o efeito de zombaria.

A última passagem desse tipo de ironia de Joseph Stiglitz critica a pouca preocupação que a Escola de Chicago, liderada por Milton Friedman, dá ao problema do desemprego. Sendo o autor de *O mundo em queda livre* um neokeynesiano, os seus estudos de economia consideram primordiais as questões do desemprego e da subutilização da capacidade produtiva – tal como *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, de John Maynard Keynes. Um dos entendimentos do pensamento keynesiano defende que, em tempos de recessão, cria-se uma distorção entre a brusca queda dos preços de bens e serviços e a rigidez salarial, que não acompanha, com tanta rapidez, esse declínio. A consequência, nesse caso, é que os salários reais dos empregados ficam em níveis mais altos de custo para os empregadores, resultando no aumento do desemprego (involuntário). Diferentemente dos economistas clássicos, Keynes não acredita que o mercado seria capaz, com tanta facilidade, de ajustar salários em períodos de crise; haveria certa rigidez nos salários a impedir a sua queda e persistiria o desemprego a, mais tarde, também comprometer as demandas e gerar cenários de subprodução. Com esse círculo vicioso negativo, na concepção keynesiana, justifica-se o papel do governo de ampliação de gastos na economia com a finalidade de aumentar a demanda de produtos e reverter a cena do desemprego. Investimentos do Estado em obras públicas de infraestrutura a aumentar os índices de empregabilidade e compensações dadas aos trabalhadores em situação de desemprego, portanto, seriam estratégias centrais para o aumento do capital circulante, para a elevação da demanda e para a diminuição do ambiente de não contratação por parte das empresas. Muito diversa é a argumentação da Escola de Chicago que, segundo Joseph Stiglitz, potencializa a capacidade de endividamento do cidadão em momentos problemáticos de desemprego e, com a desculpa do risco moral, desobriga o Estado de cumprir a função de reforçar a economia por meio da população de baixa renda ou daquela com boa parte da renda comprometida.

Em outro exemplo, eles [os pensadores da Escola de Chicago] argumentam que as compensações pelo desemprego não são necessárias, uma vez que os indivíduos nunca estão desempregados (estão apenas gozando de um descanso) e, de toda maneira, podem tomar empréstimos para satisfazer suas necessidades de consumo, se assim preferirem. Pior ainda: as compensações pelo desemprego são nocivas porque o problema não é uma escassez de postos de trabalho – sempre há postos de trabalho para quem os queira –, mas sim falta de empenho em buscá-los, e o seguro-desemprego apenas exacerba esse “risco moral”. (STIGLITZ, 2010, p. 255-6) (Grifo nosso)

Tal como no procedimento irônico anterior – que divide posturas contrárias entre conservadores (eles) e nós, o ironista (eu) e o intérprete (você) –, essa última ironia realiza um processo similar de divisão entre grupos discursivos: os pensadores da Escola de Chicago e nós. A passagem está repleta de trechos de zombaria que servem para constatar a inviabilidade das teses da Escola de Chicago sobre a empregabilidade em meio à grave realidade do desemprego causada pela crise econômica de 2008. Algumas dessas passagens sinalizam o distanciamento entre os efeitos severos do colapso e a postura científica dos monetaristas: “(estão apenas gozando de um descanso)” ou “sempre há postos de trabalho para quem os queira”. De um modo mais implícito, Stiglitz relaciona a consequência das orientações da Escola de Chicago à parte da responsabilidade a respeito de um dos motivos geradores da crise: os excessos quanto à concessão de crédito bancário em uma atmosfera de má avaliação. Em um ambiente em que a empregabilidade não se torna relevante para se discutir os investimentos diretos do Estado, distorções causadas por más avaliações nos empréstimos bancários tenderão a se expandir para pessoas de baixa renda que não possuem capacidade real de pagamento: “de toda maneira, podem tomar empréstimos para satisfazer suas necessidades de consumo, se assim preferirem”. Outra cena de zombaria por analogia implícita relaciona os contextos de “risco moral”. Segundo as conclusões da Escola de Chicago, o seguro-desemprego pode ser avaliado como mecanismo de distorção promovido pela participação do governo a dar uma assistência que desestimula a produtividade do empregado no trabalho – o que o ironista Stiglitz discorda por entender o seguro-desemprego como uma das maneiras de proteção social e de manutenção temporária de renda para que o indivíduo continue a preservar parte de seu consumo e dos serviços contratados. No âmbito da crise de 2008, o risco moral estava sendo discutido em relação ao fato de que o governo dos EUA estava realizando para os bancos que se deixaram contaminar pela toxicidade de ativos. Nesse caso, em que essas instituições financeiras de grande porte e com vultosos investimentos conduzem as estratégias dos *players* no mercado financeiro, o risco moral como conceito econômico de afetação negativa a promover desequilíbrios no mercado foi imediatamente desprezado; no outro caso, em que existem desempregados necessitando de renda para cumprir obrigações diárias e para reinvestir no seu posicionamento nos postos de trabalho (unidades mais vulneráveis no mercado), o tema do risco moral ainda é recorrente na discussão da matéria econômica.

3. *Ironia aos bancos e às agências de classificação de risco*

A primeira ironia desse tipo acontece para marcar a distância entre a interpretação de Joseph Stiglitz de necessidade de real alteração na economia estadunidense e o entendimento dos que se aproveitaram do discurso de mercados autoajustáveis. Enquanto, para Stiglitz, a atmosfera de crise é propícia para sugerir algumas modificações a prevenir colapsos futuros, como o aumento das regulações e a maior participação do governo como interventor no cenário econômico do país, para as instituições financeiras que se empenharam em desenvolver inovações e modelos de análise dentro da concepção dos mercados livres, o momento crítico é apenas um efeito acidental que pode ser corrigido com injeção de capital do contribuinte nos bancos e com pequenas alterações (desvios de regulações mais severas) que estão associadas à introdução de princípios éticos para a formação ou atualização dos economistas. Essas são medidas paliativas para Stiglitz. Nessa passagem irônica, é perceptível como o discurso de bancos e agências de classificação de risco estadunidenses tem a capacidade de particularizar um problema que, para Joseph Stiglitz, é sistêmico. Ao ilustrar o caso de Bernard Madoff, a enunciação predominante de Wall Street reconhece um problema ético num dos seus maiores líderes gerenciadores da nova economia financeira e num dos que tornaram a Nasdaq possível. A fala sobre a falta de princípios éticos conseguiu isolar o caso do maior esquema Ponzi da história mundial, a pirâmide de Madoff, como uma situação específica quando, na verdade, esse exemplo era decorrente de uma forma de pensar a economia (sem apoio na regulação) e plenamente aceita pelas instituições financeiras norte-americanas.

Alguns dizem que a nossa economia sofreu apenas um “acidente” e que os acidentes são inevitáveis. Ninguém chega a propor que deixemos de usar os automóveis porque eles às vezes se chocam. Os que defendem essa posição querem que regressemos ao mundo de antes de 2008 o mais depressa possível. Os banqueiros não fizeram nada de errado, dizem eles. Vamos dar aos bancos o dinheiro que eles pedem, dar um jeitinho nas regulações, fazer umas palestras duras para que os reguladores nunca mais permitam que pessoas como Bernie Madoff possam praticar esse tipo de fraude, acrescentar alguns cursos sobre ética nas faculdades de economia e todos sairemos bem. (STIGLITZ, 2010, p.7) (Grifo nosso)

Nessa passagem, verifica-se que o fenômeno da intersubjetividade como parte da construção do significado irônico explicado por Brait (2008), que exige a participação do enunciatário e de sua instauração como interlocutor, pode ter desdobramentos ainda mais complexos. No primeiro momento, a fala do ironista concentra-se no discurso indireto e

preserva a divisão entre nós, baseado na cumplicidade entre o ironista e o seu leitor, e eles, o alvo, por ora indicado como “alguns” e “os que defendem essa posição”. No trecho, fica evidente que a constituição da identidade do ironista presume o compartilhamento de valores do seu intérprete e o conflito de posturas com o alvo. No segundo momento (sublinhado), o procedimento irônico concentra-se no discurso direto e, ao fazer isso, explicita que a ordem discursiva hegemônica (ironizada) também conta com um nós: composto pelo alvo e pelos que não enxergam a ironia ou que não comungam da visão irônica – “Vamos”. Complementando a versão do discurso oficial (fora da ironia e habitualmente existente), é preciso realizar uma descrição sobre eles – no caso aqui, os bancos – que permita estabelecer um encontro com a cumplicidade dos que não observam a ironia ou discordam dela. Nesse sentido, é interessante notar que tanto o enunciador do discurso irônico quanto o enunciador do discurso hegemônico ironizado forjam a imagem dos seus receptores (antecipam as interpretações deles) com o objetivo de ampliar a cumplicidade de seus parceiros. Tanto o discurso a ser ironizado como o discurso irônico dependem de uma triangulação entre o eu-enunciador, o você-receptor e o eles que, na ausência da ironia, é visto como um agente a confirmar as concepções hegemônicas, e, na presença da ironia, é o próprio alvo. A intersubjetividade e a alteridade, portanto, não só caracterizam o processo de formação do procedimento irônico como já haviam sido condições para se instaurar o próprio discurso oficial antes da inserção da ironia. Em verdade, é uma relação específica que deve ser analisada: a ironia realiza caricaturas sobre a forma como o enunciador do discurso oficial faz uso da intersubjetividade e da alteridade para convencer seus receptores e, quando faz isso, como contradiscurso, destrói a presunção desse enunciador pela imagem de seus receptores e estraçalha o espelho que ele apresenta de parceiros que sustentam a realidade descrita. Como concorrente feroz de discursos hegemônicos, a ironia desfaz contratos e, da destruição de parcerias anteriores, propõe um novo pacto de leitura sobre a realidade – o que resulta em dissonância e zombaria: “Os banqueiros [...] bem”. Enquanto o olhar para a alteridade pelo discurso hegemônico tende a “naturalizar” as observações para englobar a visão de seus interlocutores como cúmplices de um amplo consenso baseado na habitualidade, na automatização ou até na estereotipia, o olhar da ironia, por ser minoritário em relação às defesas do tema tratado, deflagra o dissenso, torna inabitual o que é habitual, desautomatiza formas de percepção da realidade e proclama diferenças em meio a uma concordância geral de valores e de impressões que deve ser questionada.

A segunda ironia desse tipo está associada à inversão que se criou em relação à responsabilidade do setor bancário quanto à avaliação de crédito, ao repasse de financiamentos tóxicos e à contabilidade criativa. Apesar de a culpa, conforme Joseph Stiglitz, residir predominantemente nas instituições financeiras e em suas práticas – como a forma exploratória em que foram pensados a expansão da concessão de crédito, o uso da avaliação de risco e a montagem dos balanços bancários – foi necessário que um discurso sobre a essencialidade desses bancos à economia estadunidense ocorresse sustentado como uma versão para os contribuintes norte-americanos a fim de que fosse concebida uma interpretação válida para o resgate desses próprios bancos. Em verdade, a influência das instituições financeiras de Wall Street no setor político dos Estados Unidos acabou por gerar uma máxima – questionada por Stiglitz – difícil de descolar das soluções do governo: existem bancos grandes demais para poder falir. Se a punição não ocorre para essas instituições, alguns vícios arraigados às práticas dos bancos retornam com ainda maior acinte: os altos bônus pagos aos executivos dos bancos e, dessa vez, com o próprio dinheiro do resgate advindo dos contribuintes.

Não há dúvida de que os algozes se sentiram vítimas.

Se Obama foi tão duramente criticado por levantar preocupações quanto aos pagamentos aos banqueiros, não surpreende que suas manobras não o tenham conduzido a articular uma visão clara do tipo de setor financeiro que deveria surgir após a crise. Não só os bancos tinham se tornado grandes demais para poder falir, como fortes demais politicamente para poder ser controlados. (STIGLITZ, 2010, p.59) (Grifo nosso)

A terceira ironia desse tipo argumenta que os aclamados produtos bancários inovadores desenvolvidos por essas instituições financeiras – e, segundo as próprias, capazes de aperfeiçoar a economia mundial – ampliaram as distorções em relação às informações entre aqueles que criam e gerenciam o produto e os que contratam. Além de tornarem assimétrica a relação contratual, Joseph Stiglitz constata que tais inovações conservariam uma situação de inadimplência acima dos produtos bancários tradicionais. Com isso, os elogios a esse conjunto de inovações comandadas por Wall Street, na concepção de Stiglitz, muito ao contrário de favorecer o cenário econômico estadunidense, serviram somente para justificar os altos lucros compartilhados entre os originadores da hipoteca, os bancos de investimentos e as agências de classificação de risco, sem que se dessem conta da própria toxicidade a contaminá-los.

Os defensores dos novos produtos financeiros – todos os que ganhavam dinheiro com eles, desde os originadores das hipotecas, que produziam os papéis tóxicos, até os bancos de investimento, que os transformavam em outros

títulos, e as agências de classificação de risco, que certificavam sua segurança – afirmavam que estavam procedendo a uma transformação fundamental da economia. Era uma maneira de justificar as altas somas que recebiam. Os produtos resultantes eram tão complexos que os analistas precisavam de modelos especiais de computador para avaliá-los [...] Deveriam ter percebido que algo havia mudado, mas para pior – novas assimetrias de informação haviam sido criadas e nem os bancos de investimento nem as agências de classificação de risco as levaram em conta em seus modelos. Deveriam ter percebido que as hipotecas que chamavam de “inovadoras” teriam uma taxa de inadimplência muito superior à das tradicionais. (STIGLITZ, 2010, p.109-10) (Grifo nosso)

A zombaria dessa passagem surge do contraste entre duas dimensões divergentes: um otimismo baseado nas novidades e nas transformações advindas da nova engenharia financeira e as consequências nocivas para a economia oriundas delas, como assimetrias de informações e alta taxa de inadimplências. Os “novos produtos financeiros” e a “transformação fundamental da economia” aparecem traduzidos pelo ironista por meio de uma realidade completamente contraditória: “Deveriam ter percebido que algo havia mudado, mas para pior”. De outro modo, uma forma de gerar descrença e ridicularizar o discurso otimista dos defensores das inovações financeiras é denominá-los e esclarecer os seus interesses ocultos: “todos os que [...] segurança”.

Preservando a crítica às inovações, Joseph Stiglitz, na última ironia desse tipo, comenta o engodo desses produtos em relação à análise da capacidade de pagamento a longo prazo. Em especial, o economista critica a incoerência da combinação de um produto em que se recomendaria a simplificação (as hipotecas) com uma modalidade de engenharia complexa e que se baseia em taxas variáveis; para o autor de *O mundo em queda livre*, a presente incompatibilidade dessas hipotecas com taxas variáveis complexas (e com elevada assimetria de informações) aos contratantes menos abastados, ao contrário de fornecer uma possibilidade estável de ganhos às instituições, elevaram tanto o risco do contratante em não conseguir administrar o pagamento do produto como também das próprias instituições em recebê-lo. Por meio da prática da securitização, os bancos de investimento pareciam ter dissipado o risco, mas, em verdade, eles o multiplicaram (contaminaram o mercado), distribuindo-o por diversos ativos. A confiança nesses produtos cegou os próprios financistas, que tiveram boa parte do capital corroída pela toxicidade dessas inovações.

O setor financeiro deveria ter usado sua inventividade para conceber produtos que ajudassem as pessoas a administrar os riscos de ser dono de uma propriedade residencial, tais como os que decorrem da variabilidade das taxas de juros. Os financistas supostamente entendem de risco, e essa foi uma das

razões de terem recebido remunerações tão generosas. É notável que nem eles nem os reguladores, que se orgulhavam de entender os mercados e o significado do risco e da eficácia, não o tenham feito. Eles deviam transferir o risco dos menos capazes de suportá-lo (os proprietários pobres) para outros. Mas, ao contrário, as “inovações” impuseram mais riscos aos proprietários pobres [...] É compreensível que os proprietários pobres que não entendem de risco tenham optado por seguir esse mau conselho [investir em hipotecas de taxas variáveis]; mas que os chamados peritos em finanças o façam é mais difícil de compreender. (STIGLITZ, 2010, p.125) (Grifo nosso)

Ao se enfatizar a ironia como um tropo, Oliveira (2006) destaca a inversão semântica da hierarquia usual dos sentidos das proposições. Na ambiguidade que constitui o procedimento irônico, o uso denotado da proposição inverte-se como sentido conotado, e essa derivação de sentido prevalece sobre a denotação habitual. Tanto a segunda ironia desse tipo quanto essa última são exemplares bem evidentes de tal uso da ironia. As expressões da segunda ironia desse tipo: “Não há dúvida de que os algos se sentiram vítimas” apresenta uma certeza que, com a ironia, deve ser questionada ou “Não só os bancos tinham se tornado grandes demais para falir” é uma declaração que deve ser descartada por suas consequências. Na última ironia desse tipo, a proposição “Os financistas supostamente entendem de risco, e essa foi uma das razões de terem recebido remunerações tão generosas”, combinada ao seu uso irônico na constituição do argumento de Stiglitz, significa exatamente o oposto da manifestação denotada.

4. Ironiaz ao governo dos Estados Unidos

A primeira ironia desse tipo refere-se às expectativas do próprio economista Joseph Stiglitz criadas diante da conquista do governo dos Estados Unidos pelo candidato democrata Barack Obama. Naquele tempo, Stiglitz descreve o ambiente otimista que reinava no ar e as esperanças de nekeynesianos como ele em relação às mudanças econômicas. Nesse sentido, mesmo que o gasto do Estado aumentasse, seria estabelecida uma política governamental de investimento a sustentar a elevação da produtividade no longo prazo; a promoção de correções na economia de resgate dos bancos seria implantada para garantir tanto a posse do bem para os proprietários prejudicados pela crise de 2008 como igualmente para forçar o repasse de capital de bancos para os contribuintes como uma demonstração de justiça econômica a compensar o abalo, as perdas e os riscos criados por essas próprias instituições financeiras. Entretanto, como Stiglitz (2010, p. 66-5) afirma mais adiante: “O governo

Obama ficou do lado dos bancos”. A ironia a seguir apresenta-se na compreensão da distância entre a expectativa de mudanças econômicas consistentes para os Estados Unidos pós-eleições e o que realmente veio a se tornar o governo de Barack Obama.

Quando comecei a escrever este livro, havia um espírito de esperança: o novo presidente americano, Barack Obama, corrigiria as falhas políticas do governo Bush e nós avançaríamos, não só com uma recuperação imediata, mas também enfrentando os desafios de longo prazo. O déficit fiscal do país seria temporariamente mais alto, mas o dinheiro seria bem gasto: ajudando as famílias a conservar suas casas, apoiando os investimentos que aumentariam a produtividade a longo prazo, preservando o meio ambiente e, em troca de qualquer dinheiro que tivesse sido dado aos bancos, transferindo para o público a parte dos lucros futuros, para compensar os riscos que sofremos.

Foi doloroso escrever este livro: só parte das minhas expectativas foi satisfeita. Evidentemente, devemos celebrar o fato de ter sido resgatados da beira do precipício tão visível em 2008. Mas certos presentes dados aos bancos foram tão ruins quanto no tempo de Bush, e a ajuda aos que haviam comprado casas foi menor do que eu esperava. (STIGLITZ, 2010, p.17) (Grifo nosso)

Em seu livro, Joseph Stiglitz evidencia que os bancos foram vitimados por sua própria estratégia de lucratividade com os papéis de hipoteca com taxas variáveis (exploração de proprietários pobres). Quando ocorreu o estouro da bolha, os bancos não conseguiram repassar os riscos e externalizar suas perdas a tempo e foram contaminados com a toxicidade dos ativos em guarda de modo a serem ameaçados de falência. Nesse contexto, a segunda ironia de Stiglitz ao governo dos Estados Unidos surge para mostrar que a tentativa de fazer com que o Estado não participasse diretamente da economia nas últimas décadas acabou por gerar o extremo oposto: a participação do governo aconteceu como a única garantia para o salvamento de diversas empresas que detinham os ativos tóxicos. A filosofia político-econômica do Estado mínimo, tão consagrada pelos últimos governos estadunidenses, tendo esse caso como base, acaba por derivar uma participação de proteção aos negócios desenvolvidos pelas instituições financeiras.

Evidentemente, [os bancos] não fizeram tão bem quanto pensavam que podiam fazer o trabalho de passar adiante os riscos. Essa é apenas uma das muitas ironias que marcaram a crise: no afã de reduzir ao mínimo o papel do governo na economia, Greenspan e Bush acabaram fazendo o governo assumir a propriedade da maior produtora de automóveis do mundo, da maior companhia de seguros e de alguns dos maiores bancos (se os tivesse recebido em troca do dinheiro que lhes dera) – algo sem precedentes em um amplo espectro. País em que o socialismo é muitas vezes tratado como anátema, realizou a socialização do risco e a intervenção nos bancos de maneira inédita. (STIGLITZ, 2010, p.37) (Grifo nosso)

A terceira ironia desse tipo ataca a formação da equipe econômica do governo de Barrack Obama. Conforme Joseph Stiglitz, os membros escolhidos por Obama estavam por demais comprometidos com os posicionamentos econômicos que levaram a economia norte-americana ao estado de crise de 2008. Na perspectiva do autor, a tendência dessa equipe seria a de buscar um discurso que justificasse seus movimentos passados e, nesse sentido, tentaria conservá-los ainda depois da crise. Stiglitz sinaliza sua desconfiança em que haja uma mudança de orientação econômica nos Estados Unidos já que os responsáveis pela equipe de Obama não possuíam um perfil para enfrentar articulações político-econômicas já há muito instauradas no país.

Precisávamos de uma nova visão para os mercados financeiros, e as tarefas de formular, articular e concretizar essa visão requereriam todo o talento político e econômico de Obama e da sua equipe. Pessoas como essas, tão envolvidas nos erros do passado, seriam as ideais para implementar uma nova visão e tomar as decisões mais difíceis? (STIGLITZ, 2010, p. 65) (Grifo nosso)

As três primeiras ironias desse tipo tematizam a relação entre o que se espera do governo dos EUA e o que efetivamente ele realizou para alterar a cena gerada pela crise de 2008. Na primeira, o ironista relata uma quebra de expectativa quanto à implementação de reformas que pudessem modificar os rumos da economia estadunidense por meio da eleição de Barack Obama; na segunda, para o conceito de um Estado regido pelo neoliberalismo, esperava-se que a intervenção do governo na economia fosse mínima, entretanto a política do Estado mínimo promoveu uma ausência de regulação no setor bancário somente resolúvel a partir de uma larga ação intervencionista do governo para salvar a economia da consequência das más práticas bancárias; na terceira, o posicionamento dos novos membros na equipe econômica do governo Barack Obama não implica uma real alteração de orientação econômica, pois são os mesmos que estavam envolvidos nas condutas equivocadas que promoveram a crise. As ilogicidades repetem-se nessa sequência de apresentação irônica: a mudança política não muda o comportamento dos agentes econômicos, a mudança na atitude do Estado dá-se por negligência e contraria os seus próprios parâmetros de ação na economia, a mudança da equipe econômica do governo não muda os gestores do passado que permitiram a chegada da crise. Essas três primeiras ironias desse tipo buscam explicitar uma nitidez que anteriormente se dava na coletividade e que agora está se perdendo com a sequência dos fatos. Ao contrário do que Muecke (1995) defende no procedimento irônico, não há aqui um sentimento de liberdade para o ironista por estar propondo um sentido

oculto (que somente ele percebe) a um receptor que possui capacidade para interpretá-lo; em verdade, o ironista transmite uma angústia por presenciar uma abrupta perda de clareza (de aparente logicidade) que estava demasiadamente evidente numa atmosfera coletiva anterior.

A quarta ironia desse tipo reside nas operações de crédito derivadas do Programa de Investimento Público-Privado (PIIP). O Programa foi pensado como uma das soluções estruturadas pelo governo dos Estados Unidos para retirar do balanço das instituições financeiras parte de ativos problemáticos oriundos dos empréstimos imobiliários ou do processo de secuturização. Conforme a explicação das autoridades econômicas do governo norte-americano e do Federal Reserve, essa operação de crédito teria por objetivo elevar a liquidez do mercado e tentar segurar o preço dos ativos problemáticos. Utilizando-se de ironia, a opinião de Joseph Stiglitz sobre o Programa de Investimento Público-Privado é de que ele cria a possibilidade de transferência de um grande volume de recursos públicos para os bancos sem a necessidade – uma vez já aceito o Programa – de autorização legislativa. Além disso, a estruturação complexa do PIIP preserva a assimetria de informações típica de muitos produtos inventados pelo mercado financeiro dos Estados Unidos e impede o entendimento dos contribuintes sobre a operação ou a possibilidade de uma contestação mais crítica provinda desses próprios contribuintes. Por outro lado, o PIIP é uma forma de desviar de uma das soluções mais difíceis e necessárias: a intervenção do governo nessas instituições bancárias.

Assim, com todas essas falhas, qual era a atração da estratégia do governo? O piip era o tipo de invenção complicadora que Wall Street adora: brilhante, complexa e não transparente, permitindo enormes transferências de dinheiro para os mercados financeiros. Poderia fazer que o governo não precisasse voltar a pedir dinheiro ao Congresso para ajudar os bancos e propiciava uma maneira de evitar a intervenção temporária. (STIGLITZ, 2010, p. 141-2)(Grifo nosso)

A última ironia desse tipo relata como o *Federal Reserve* e Alan Greenspan subestimaram a extensão da crise de 2008. Preservando uma política de juros baixos, Greenspan destacou-se por ser, na presidência do Fed, de 1987 a 2006, um forte defensor da ideologia dos mercados livres e por ser um dos duros contestadores da regulação para os derivativos – um dos principais produtos bancários que multiplicaram a toxicidade dos ativos. O neokeynesiano Stiglitz aponta Greenspan como um dos algozes do colapso econômico de 2008. O autor de *O mundo em queda livre* afirma a inconsistência dos conselhos de Greenspan quando, em uma das situações de análise de momentos de crise, declarou que se-

ria um movimento simples o conserto da economia por parte do governo. É exatamente aí que se constrói a ironia.

Quando Greenspan disse que o governo poderia facilmente “consertar” a economia, não explicou que enfrentar o problema custaria centenas de bilhões de dólares aos contribuintes e custaria ainda mais para a própria economia. Era uma noção estranha: a ideia de que é mais fácil consertar o carro depois do acidente do que prevenir o acidente. (STIGLITZ, 2010, p. 266-7) (Grifo nosso)

Na construção dessas duas últimas ironias desse tipo, há uma constatação que a gestão econômica estadunidense utiliza-se de um discurso que, longe de ser uniforme como se proclama, flutua de acordo com seus receptores para preservar suas recomendações e camufla-se para atingir seus objetivos de resgate. Como estratégia retórica, de um lado, os gestores econômicos do governo dos EUA podem disfarçar seus intuítos com uma linguagem complexa capaz de driblar o entendimento de legisladores para alcançar a facilitação do repasse da verba pública; de outro lado, os mesmos gestores (revestidos de uma reconhecida autoridade técnica) podem manifestar-se por meio de uma linguagem simplista para um público leigo a fim de que os convença de decisões que envolvem variáveis complexas e ainda por eles imprevisas.

5. *Ironias mistas*

A expressão “os magos das finanças” no livro de Joseph Stiglitz serve para sintetizar como a ciência econômica auxiliou as invenções dos bancos de investimento, como, por exemplo, transformar ativos com toxicidade latente em produtos bem avaliados pelo mercado – prática que precipitou a crise dos *subprimes* em 2008. A mágica estaria exatamente em invisibilizar a toxidade desses ativos e repassar o risco a outrem. Joseph Stiglitz apresenta duas passagens irônicas em que apresenta esse termo “magos das finanças”. No primeiro momento, a combinação restringe-se à ciência econômica e às práticas de instituições financeiras, como bancos de investimento e agências de classificação de risco. No segundo momento irônico, é adicionada a essa mistura o papel do governo. Stiglitz denuncia que o governo norte-americano está copiando as estratégias de ocultação de operações ou de balanços, próprias dos bancos norte-americanos, para maquiar dados para os contribuintes.

Os magos das finanças inventaram produtos de alto risco que produziram lucros normais por algum tempo – mantendo oculto o lado negativo durante anos. Milhares de gestores de fundos se gabavam de poder “ganhar do merca-

do”, e havia uma população de investidores míopes pronta para acreditar neles. (STIGLITZ, 2010, p.35) (Grifo nosso)

Os bancos ficaram em apuros por haver deixado demasiadas operações que praticavam “fora do balanço” – uma tentativa de iludir investigadores e reguladores – e agora esses magos financeiros estavam ajudando o governo a fazer a mesma coisa, talvez com o propósito de iludir os contribuintes e os eleitores. (STIGLITZ, 2010, p.70)(Grifo nosso)

A terceira ironia desse tipo combina as práticas de instituições financeiras às ações do governo. Por meio de uma prática de eufemização do discurso, os agentes do governo, como os secretários do Tesouro dos Estados Unidos Henry Paulson ou o seu sucessor Tim Geithner, tentaram dar uma aparência mais amena às atividades de salvamento dos bancos ou ainda ao tamanho da devastação que os ativos tóxicos tiveram para a economia estadunidense. A quarta ironia combina ciência econômica às ações de governo. Joseph Stiglitz critica o fato de como a autoridade científica dos economistas – que realizaram inovações complexas que conduziram a economia norte-americana ao colapso – pode lhes servir para garantir posições no governo para planejar a superação da crise.

Alguns investidores de Wall Street se queixaram de que a imprensa estava azedando os humores ao qualificar a operação como um resgate. Preferiam palavras mais eufemísticas, como “programa de recuperação”, em vez de “resgate”. Paulson transformou os ativos tóxicos em uma expressão mais gentil: “ativos problemáticos”. Seu sucessor, Tim Geithner, depois converteria em “ativos herdados” (“legacy assets”). (STIGLITZ, 2010, p.134) (Grifo nosso)

Alguns sustentam que tivemos apenas um pequeno problema hidráulico: o encanamento entupiu. Chamamos os mesmos bombeiros que haviam instalado a tubulação. Como foram eles os que criaram o problema, presumivelmente só eles saberiam como resolvê-lo. Paciência, se eles já haviam cobrado demasiadamente pela instalação. Paciência, se eles voltarem a cobrar demasiado pelo conserto. Devemos agradecer porque a rede hidráulica está funcionando de novo, pagar sem reclamar e rezar para que tenham feito um trabalho melhor desta vez. (STIGLITZ, 2010, p. 288-9) (Grifo nosso)

Quando Joseph Stiglitz utiliza o termo “magos das finanças” – o que, inicialmente, parece ser uma atribuição elogiosa (e daí resulta a ironia) –, ele revela o caráter quase sagrado e ocultista da linguagem econômica com capacidade de iludir investidores e reguladores, contribuintes e eleitores. Quando o ironista refere-se aos processos de eufemização encontrados na prática do discurso econômico – como a troca do vocábulo resgate por programa de recuperação, os vocábulos ativos tóxicos por ativos problemáticos ou ativos herdados e ainda colapso econômico por

pequeno problema hidráulico –, é preciso compreender a capacidade de a linguagem econômica em também “financiar” uma realidade por meio não de uma proposta propriamente científica, mas retórica. No limite, se compreendida a linguagem da ciência que sustenta a Economia também como eventualidade retórica, poder-se-ia destacar o caráter científico-retórico que toda enunciação econômica pode-se prestar. Ainda que Stiglitz não chegue a essa conclusão, o fato de ele estar questionando as formas de enunciação dos economistas favorece o aprofundamento de um estudo que tematize a prática retórica dos discursos econômicos.

6. *Considerações finais*

Embora haja demais figuras de retórica no livro *O mundo em queda livre*, de Joseph Stiglitz, como metáforas, símiles e personificações, a que mais se destaca por sua recorrência e sistematização é a ironia. As quatro modalidades de ironia organizadas nessa publicação de Stiglitz estruturam um conjunto de contestações feitas à ciência econômica baseada na autorregulação do mercado, às ações praticadas pelos bancos de investimento e pelas agências de classificação de risco nos Estados Unidos e às ações do governo norte-americano diante do cenário da crise, ora de modo isolado, ora de modo combinado (ironias mistas).

A primeira modalidade irônica, a ironia à ciência econômica: a) contrapõe-se às certezas de crescimento econômico por meio das teorias neoclássicas; b) sustenta que a insistência nas crenças neoclássicas faz perdurar o cenário de desemprego; c) comenta a má avaliação de créditos realizada por peritos da nova engenharia financeira; e d) discute a pouca significância atribuída ao fenômeno do desemprego pelas teorias monetaristas da Escola de Chicago.

A segunda modalidade irônica, a ironia aos bancos e às agências de classificação de risco: a) critica a interpretação das instituições financeiras em relação à crise e o seu incentivo a medidas paliativas; b) contesta o discurso da essencialidade das megacorporações financeiras na economia estadunidense; c) comenta a assimetria de informações contratuais entre as partes envolvidas na operação bancária que há nos novos produtos; e d) discute a incompatibilidade estrutural existente entre a montagem desses novos produtos e as necessidades do público contratante.

A terceira modalidade irônica, a ironia ao governo: a) comenta as falsas esperanças de mudanças econômicas mais consistentes com o go-

verno de Barrack Obama; b) critica a ideologia do Estado mínimo por reconhecer que ela acaba por ser uma proteção aos interesses de corporações financeiras; c) desqualifica a capacidade dos membros que compõem a equipe econômica do governo Obama de operar mudanças e decisões difíceis na economia norte-americana por causa do grau de comprometimento com a ideologia dos mercados livres; d) aponta os efeitos negativos das operações de crédito planejadas e efetivadas no governo; e e) aponta como o governo subestimou o alcance da crise.

A quarta modalidade irônica, a ironia mista: a) denuncia o processo de invisibilização de riscos e de transações por parte das instituições financeiras, apoiadas na manipulação da nova engenharia econômica; b) relata que o governo tem desenvolvido essa “contabilidade criativa” aprendida pelas instituições financeiras para ludibriar os contribuintes; c) comenta o processo de eufemização do discurso da crise de 2008 por parte dos porta-vozes do governo dos Estados Unidos ou de representantes de instituições financeiras; e d) ironiza o fato de terem sido contratados os mesmos economistas que contribuíram para o cenário de colapso de 2008 (com uma ideologia neoclássica marcada em seus currículos) a ocupar as posições que resolveriam a crise.

A ironia de Joseph Stiglitz serve para dessacralizar o discurso hegemônico sobre economia por meio da zombaria e possibilita a ampliação das estratégias de captação de leitores como uma forma de tradução intralingual da linguagem econômica. De forma peculiar, a ironia de Stiglitz é circunscrita de uma recorrente apresentação de contextos com o intuito de combater possíveis assimetrias informacionais que poderiam ser provocadas pelo fechamento de grupos discursivos em torno do procedimento irônico. Ademais, o traço épico a envolver seus usos da ironia tende a eliminar a crítica como alívio pontual de tensões regido por um riso catártico.

A ironia de Stiglitz, em meio à cena de evidente instabilidade econômica, fere a estabilidade discursiva do campo do saber na discussão da economia contemporânea e propõe uma releitura da realidade aos seus intérpretes. Considerando-se os estudos de Alavarce (2009) de que a ironia não é pontual ou mero recurso isolado a alguma enunciação – e sim um procedimento narrativo-discurso a reverberar em todo o texto – pode-se afirmar a preciosa capacidade estética que a ironia apresenta na tarefa de Stiglitz para a arrumação de seu cenário discursivo-ideológico. Além de potência organizadora, a oportunidade de se lançar como embate interdiscursivo, que mobiliza diferentes vozes, tal como defende Brait

(2008), faz com que a ironia de Stiglitz também se apresente como proposta eficaz de discussão político-econômica nos campos de sua recepção. Contudo é no relevo da ambivalência que o procedimento irônico de Stiglitz mais consegue um resultado representativo. A ironia traz em si a fãlência e o renascimento, conforme Machado (2014), e o riso irônico carrega em si, portanto, a morte e a ressurreiçãõ; no caso de Stiglitz, o fantasma de Keynes ressurge para zombar e colocar todas as pretensões neoclássicas em estágio de falecimento – a metáfora de um morto renascido que ri das coisas natimortas germinadas após a sua passagem arruma, narra e faz os viventes deste tempo assombrarem-se.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAVARCE, C. S. *A ironia e suas refrações: um estudo sobre a dissolnãncia na paródia e no riso*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

BRAIT, B. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Unicamp, 2008.

BRECHT, B. *Estudos sobre teatro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.

MACHADO, I. L. A ironia como estratégia comunicativa e argumentativa. *Bakhtiniana*. v.9, n. 1, p.108-28, 2014.

MUECKE, D. C. *A ironia e o irônico*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

OLIVEIRA, D. Estudo da ironia: o caso Veríssimo. In: *Revista da Abraelin*, v. 5, n. 1 e 2, p. 33-60, 2006.

STIGLITZ, J. *O mundo em queda livre: Os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. E-book.